

## Filantropia no Brasil: entraves, desafios e oportunidades

**Graciela Hopstein**

Coordenadora executiva da Rede Brasileira de Filantropia para a Justiça Social



### Tendências da filantropia no Brasil

O **Relatório Filantropia no Brasil** - produzido pelo FJSP (*Philanthropy for Social Justice and Peace*) e apresentado no Brasil no mês de junho de 2018 - e o livro **Filantropia de Justiça Social sociedade civil e movimentos sociais no Brasil** – lançado no mês de abril – indicam que a filantropia brasileira está alcançando não apenas níveis visíveis de ampliação e diversificação, mas também de amadurecimento. Certamente, a produção destas publicações está relacionada tanto à necessidade de fazer um balanço sobre práticas, estratégias e resultados alcançados, como também a dar visibilidade a um fenômeno pouco conhecido e valorizado pela sociedade brasileira (ou opinião pública brasileira) e inclusive também nos âmbitos acadêmicos e da sociedade civil. O certo é que nunca tivemos tantas publicações sobre a temática da filantropia no Brasil e é interessante observar que apesar de que os trabalhos foram desenvolvidos com abordagens diferenciadas, ambos apontam para tendências comuns e mapeiam de forma acertada os principais entraves, desafios e oportunidades do setor filantrópico no país.

É importante salientar que muitos dos argumentos e tendências apresentadas nos estudos aqui mencionados estiveram baseados e fundamentados em informações obtidas a partir de pesquisas existentes que representam insumos estratégicos relevantes para o aprofundamento das análises: o Censo Gife, a Pesquisa Doação Brasil (IDIS), Pesquisa FASFIL (GIFE, IPEA, IBGE), e estudos internacionais conduzidos por Wings e HRFN (Human Rights Funders Network), dentre outros.

Certamente, ambos trabalhos aqui analisados trazem reflexões de atores estratégicos que atuam no campo. O **Relatório Filantropia no Brasil** foi elaborado principalmente por meio de conversas (entrevistas) com pessoas que têm tentado promover, apoiar ou fortalecer diferentes áreas da filantropia. “É um trabalho em andamento e não se propõe ser um documento completo e acabado. Pode ser visto como um ponto de partida, a partir do qual outros podem contribuir para sua construção”. Por sua vez, o livro **Filantropia de justiça social, movimentos sociais e sociedade civil no Brasil** é uma coletânea de artigos organizada por mim que reúne 22 textos que, a partir de diversas abordagens teóricas e práticas, apresenta análises e reflexões sobre o cenário

da filantropia de justiça social no Brasil e as suas interfaces e articulações com grupos e organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Os/as autores/as desta publicação representam um conjunto diverso de profissionais que atuam no campo social, com múltiplas inserções profissionais, com diversas trajetórias acadêmicas e experiências nos âmbitos nacional e internacional. Com a finalidade de enriquecer o debate, os textos que integram a obra abordam um espectro amplo e diversificado de temáticas vinculadas: ao cenário dos direitos humanos na América Latina e no Brasil; à visão internacional sobre a filantropia em América Latina e no Brasil; à Filantropia de justiça social no país; à Filantropia comunitária no cenário Internacional e no Brasil; e à Mobilização de recursos e investimento social privado.

No texto escrito por Ana Valeria publicado neste blog, ela ressalta de forma precisa as grandes tendências da filantropia brasileira a partir dos achados do **Relatório**: a expansão tímida da filantropia brasileira, considerando o potencial econômico do país; o destaque da filantropia corporativa como o setor que mais mobiliza e investe recursos na área social; o surgimento de novos atores e dinâmicas como a filantropia familiar e os negócios sociais; e o escasso investimento destinado para apoiar à organizações da sociedade civil (*grantmaking*), particularmente para as áreas de justiça social e direitos humanos. Além de analisar de forma aprofundada o cenário da filantropia no país, Ana aponta também para uma questão fundamental: os sentidos e significados que o conceito de filantropia assume no Brasil, já que normalmente é associado a ações de assistência e caridade, versus o conceito de investimento social, comumente “mais aceito” pela sociedade civil. Na verdade, a noção de filantropia tem sido associada a ações de *grantmaking* (de doação de recursos financeiros e de apoio a organizações da sociedade civil) e, por sua vez, o investimento social, ao desenvolvimento de programas e projetos próprios conduzidos pelas instituições da filantropia corporativa (associados do Gife). Em linhas gerais, é possível destacar que ambas publicações revelam que o conceito de filantropia no Brasil carrega conotações pejorativas e é por essa razão que precisamos “tirar a filantropia do seu estado de maldição” recuperando o significado original “de humanitarismo, de ajuda e de amor pelo próximo”.

A partir das análises realizadas em ambas publicações, é possível afirmar que embora a filantropia brasileira apresenta potencialidades e novas tendências – a partir da instalação de um ecossistema que está se complexificando e diversificando – ela é ainda de baixa intensidade considerando: a ausência de um marco legal para fomento às doações; a existência de uma cultura de doação mais voltada para as áreas de educação e/ou de assistência e menos para a justiça social; a criminalização de ONGs e de movimentos sociais; o diálogo tímido e incipiente entre os múltiplos atores que atuam no campo e, inclusive, as barreiras conceituais ligadas ao próprio conceito de filantropia.

Um dos fenômenos que chama muito atenção é que as práticas de *grantmaking* não são predominantes no campo filantrópico brasileiro, situação que certamente aponta para a existência de um vácuo no mapa do financiamento das organizações e movimentos da sociedade civil, impactando principalmente instituições e grupos de base comunitária de pequeno e médio porte. Certamente, neste contexto, as mais prejudicadas são aquelas que atuam no campo dos direitos humanos e da justiça social. De acordo com o **Censo Gife 2016**, apenas 16% das fundações e institutos

empresariais (associados do Gife) tem como modalidade predominante de atuação a doação de recursos para organizações sociais (embora 41% declaram atuar de forma mista, isto é, desenvolvendo seus próprios programas e doando recursos a terceiros). A ausência de práticas de *grantmaking* por parte deste setor pode ser explicada principalmente pela falta de confiança às organizações da sociedade civil, bem como também pela ausência de um marco regulatório favorável às doações.

Outra das questões que chama a atenção é a escassa presença de iniciativas e análises sobre a filantropia comunitária no Brasil. Embora existam quatro fundações comunitárias reconhecidas como tais (três das quais integram a Rede), o crescimento e expansão desse tipo de prática filantrópica no país, certamente não acompanha as tendências globais. Para Jenny Hodgson (GFCF), a filantropia comunitária deve ser entendida como recursos qualificados por valores e propriedade comuns, isto é, como um conjunto de estratégias voltadas para recuperar o poder e a voz de públicos maiores que se mobilizam coletivamente na busca de um bem comum maior. Partindo do reconhecimento dessas dinâmicas, o projeto Casa Comunidades, desenvolvido pelo Fundo Casa em 2017, com apoio da GFCF, teve por objetivo ampliar e fortalecer a filantropia comunitária no Brasil a partir da identificação de iniciativas existentes desenvolvidas por organizações e grupos de base (apoiados do CASA) que “mobilizam recursos locais para serem revertidos ou reinvestidos nas comunidades”. Através de estratégias diversificadas – como doação de pessoas físicas, fundos rotativos, bancos comunitários, microcrédito, negócios sociais, etc. muitas delas ligadas à economia solidária – os grupos e as comunidades no Brasil procuram gerar recursos para garantir a sua sustentabilidade financeira e dessa forma levar a frente as suas ações voltadas para o desenvolvimento comunitário. A análise realizada sugere que a filantropia comunitária no Brasil tem não apenas um grande potencial, mas também uma relevância particular no momento atual em que o país enfrenta desafios significativos relacionados à desigualdade, direitos humanos, governança de recursos naturais e mudanças climáticas.

### **A Rede Filantropia para a Justiça Social: um ator estratégico para apoio a sociedade civil no Brasil**

Certamente, a Rede de Filantropia para a Justiça Social é um ator estratégico no campo do *grantmaking* considerando que os fundos e fundações comunitárias que a integram representam uma alternativa efetiva de financiamento e fortalecimento de pequenas e médias organizações e de movimentos que atuam no campo de direitos. A sua capacidade de apoiar causas estratégicas, de entender o cenário e as agendas prioritárias, de dar respostas rápidas e a sua capilaridade e alcance de atuação representam, definitivamente, iniciativas inovadoras. Através de estratégias diversificadas de *grantmaking*, as organizações membro da Rede promovem o acesso democrático aos recursos financeiros em áreas geográficas distantes e “periféricas”, envolvendo populações marginalizadas (e muitas vezes criminalizadas) com relação ao acesso aos direitos. Para as organizações da Rede, apoiar organizações e movimentos sociais é uma estratégia fundamental para o fortalecimento da sociedade civil brasileira e, em consequência, da democracia no país, já que se trata de uma dinâmica que aponta a promover o acesso a direitos – *ter direito aos direitos* - que é o ponto de partida fundamental para a sua consolidação.

Os fundos e fundações que integram a **Rede de Filantropia de Justiça social** começaram a surgir a partir dos anos 2000 (com exceção da CESE, fundada na década de 70), no contexto do processo de retirada do financiamento internacional, com a finalidade de apoiar as demandas de ONGs e movimentos sociais no país. Certamente, a questão de mobilização de recursos locais para apoiar iniciativas da sociedade civil continua sendo um grande entrave, já que para a maioria das organizações da Rede, os recursos provêm da filantropia internacional (70%). Embora recentemente alguns membros tenham estreitado laços com governos, com a filantropia corporativa ou diretamente com empresas, a mobilização de recursos locais para apoiar sociedade civil ainda representa um grande desafio.

As organizações membro reúnem as seguintes características comuns: atuam no campo de filantropia de justiça social e/ou comunitária; mobilizam e doam recursos para apoio a iniciativas da sociedade civil em diversas áreas temáticas e geográficas, atendendo públicos diferenciados; tem como preocupação comum a transformação da realidade social brasileira e a redução das profundas desigualdades sociais e de acesso aos direitos.

Na atualidade, a Rede está integrada por 10 (dez) organizações, sete fundos e três fundações comunitárias: o Fundo Baobá para a equidade racial; Fundo Social Elas – voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo de meninas, jovens e mulheres; o Fundo Brasil de Direitos Humanos – que visa contribuir para a promoção dos direitos humanos no Brasil; o Fundo Socioambiental Casa – que atua na promoção, conservação e sustentabilidade ambiental; o Fundo PositHIVo – voltado para a prevenção a DST/AIDS, atenção aos portadores e luta contra estigmas; a CESE – que atua na promoção, defesa e garantia de direitos – o iCS (Instituto Clima e Sociedade) - que promove prosperidade, justiça e desenvolvimento de baixo carbono. As três fundações comunitárias que integram a Rede são: o ICOM (Instituto Comunitário da Grande Florianópolis)- que atua na área de desenvolvimento comunitário e institucional em Florianópolis –o Instituto Baixada Maranhense – que apoia projetos sociais e produtivos de organizações da sociedade civil na Baixada Maranhense - e Tabôa que fomenta iniciativas de base comunitária e empreendimentos socioeconômicos no distrito de Serra Grande, Uruçuca/BA, e em comunidades do entorno do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC).

As modalidades de apoio ou formas de fazer *grantmaking* desenvolvidas pelas organizações membro são diversificadas: a maioria utiliza a estratégia de concurso público de projetos (através de editais), mas também algumas doam recursos de forma direta a partir de apresentação de propostas e/ou de acordo com demandas específicas, atendendo às necessidades e urgências de organizações da sociedade civil, movimentos, ativistas e/ou defensores de direitos (como por exemplo para eventos e conferências estratégicas, etc.).

Certamente, existe uma grande diferença entre as estratégias e modalidades de atuação das organizações membro da Rede com relação aos *grantmakers* do Norte, já que elas devem ser entendidas como organizações que estão ancoradas no contexto sócio-político brasileiro e latino-americano, com um profundo conhecimento das realidades e tecidos territoriais, com uma forte capacidade de articulação e de compreender demandas específicas e de dar resposta imediata às necessidades de

grupos, coletivos e movimentos locais. Esta é, sem dúvida, uma das características mais sobressalentes das organizações da Rede e é por essa razão que elas não podem ser concebidas como “fundos intermediários”. Desconstruir esta questão é absolutamente central e, embora a grande maioria dos fundos e fundações comunitárias mobilizem recursos com fundações internacionais, levando em conta o seu capital imaterial, a sua capacidade de mobilização, de articulação e de transformação, elas devem ser concebidas como parceiras das grandes fundações doadoras, com capacidade de defender causas e de incidir de forma colaborativa com as suas agendas e estratégias de atuação.

De acordo com as informações recolhidas através de diversos levantamentos, entre os anos 2000 e 2017, as organizações membros doaram de forma direta um total de R\$ 146.895.761,29 (aproximadamente US\$ 41.970.217) para 10.669 ONGs e movimentos sociais no Brasil. Esses dados indicam que a atuação da Rede é significativa em termos de alcance e volume de recursos doados para apoiar iniciativas vinculadas ao campo dos direitos humanos e da justiça social. Dada a sua capilaridade de atuação, ela deve ser concebida como uma “rede de redes” reunindo uma diversidade de atores: ONGs, movimentos, ativistas, financiadores, instâncias do poder público, redes nacionais e internacionais, etc. Entretanto, é importante salientar que a dimensão do trabalho das organizações membro é significativa não apenas em termos dos recursos mobilizados e doados e projetos apoiados, mas também com relação aos resultados alcançados. De acordo com uma pesquisa interna realizada em 2013, 80% das organizações que integram a Rede baseiam as suas ações em modelos e teorias e mudança social, todos desenvolvem atividades de desenvolvimento de capacidades (doações indiretas) e contam com sistemas de monitoramento e avaliação que permitem sistematizar informações sobre a eficácia e efetividade das ações apoiadas.

Dentre os desafios para os próximos anos, a Rede procurará fortalecer e ampliar a sua atuação a partir do fortalecimento de parcerias e da incorporação de novos membros que atuam no campo da filantropia de justiça social e comunitária (já que de fato temos conhecimento da existência de diversas iniciativas que desenvolvem ações no campo) e que poderiam ser integradas para poder fortalecer e alcançar de forma efetiva os principais propósitos e a sua missão. Também, consideramos estratégica a produção e divulgação de conhecimentos tanto através da publicação de artigos bem como a condução de estudos, levantamentos e pesquisas específicas e inéditas, como, por exemplo, no campo do *grantmaking* no Brasil, para que nos permita conhecer em profundidade o escopo, alcance e resultados destas iniciativas voltadas para apoiar e fortalecer a atuação de ONGs e movimentos sociais. Por sua vez, o fortalecimento da filantropia comunitária, dando visibilidade às ações e iniciativas (junto a diversos atores e investidores sociais) voltadas para alavancar o desenvolvimento comunitário e a sustentabilidade de organizações da sociedade civil de base também representa uma linha de ação estratégica. A presença da Rede em fóruns internacionais e a organização de eventos locais também representam ações estratégicas que continuaremos fortalecendo. Desta forma, e a partir de ações concretas voltadas para a sua ampliação, diversificação de ações, visibilidade, produção de conhecimentos, diálogos com diversos stakeholders e parcerias, a Rede poderá ser uma referência inspiradora não apenas no Brasil, mas também na América Latina e, de forma geral, no Sul Global.

